

EDITORIAL**POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL****Maria Lourdes Gisi**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR / Brasil
gisi.marialourdes@gmail.com

Sirley Terezinha Filipak

Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR / Brasil
sirley.filipak@pucpr.br

Antonio de Souza Junior

Secretaria Municipal de Educação de Jaraguá do Sul – SC/Brasil
ld9850@jaraguadosul.sc.gov.br

O dossiê temático *Políticas Públicas da Educação Básica no Brasil* contempla artigos sobre questões que se constituem em foco de debates no contexto acadêmico contemporâneo, tanto no que se refere às influências de documentos oriundos de agências multilaterais nas políticas educacionais, como da problemática da desigualdade social e seus impactos nos processos formativos. O desafio para a formação de professores para a educação básica, para a democratização da gestão e para a efetivação da educação em direitos humanos que avança em termos normativos, mas que ainda não corresponde ao cotidiano da escola, também é foco de análise. E, ainda, a influência do campo econômico na educação no que diz respeito às políticas educacionais e o não atendimento às condições necessárias de aprendizagem, em particular às pessoas com deficiências, são questões que se constituem em temas de reflexão desse dossiê.

Questões estas que são analisadas considerando o contexto social e econômico do Brasil que, a partir da emergência do projeto neoliberal e a consequente reorganização do modelo econômico de correlação de forças políticas e econômicas, vem restringindo os recursos para as políticas sociais. Nesse contexto, conforme Peroni (2017), “[...] o setor privado pressiona para assumir a direção das políticas educacionais que considera mais adequadas, instrumentais a este período particular do capitalismo”. A educação básica torna-se, então, foco de preocupação, o que é



ainda mais evidente a partir da divulgação dos resultados das avaliações em larga escala, em especial as do ensino médio. Não se pode esquecer que tais resultados refletem, também, as desigualdades sociais e as condições existentes nas escolas de educação básica pelo histórico descaso com a educação do país.

Assim, a ênfase em realizar reformas do ensino como solução para resolver as dificuldades de aprendizagem não é suficiente, principalmente, se ao contrário do que é fundamental na formação integral dos estudantes, se desconsidera a importância de disciplinas essenciais, como é o caso das disciplinas do ensino médio, que foram colocadas em segundo plano, problemática que é tratada por Geysa Dongley Germinari e Paulo Eduardo Dias de Mello. Os autores discutem em seu artigo sobre a reforma do Ensino Médio no que se refere ao impacto no ensino de História em decorrência da elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o artigo *Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: Confrontos Narrativos, Estratégias de Imposição e Impactos no Ensino de História*. Trata-se de uma análise documental com base em “[...] discursos oficiais e das suas estratégias de imposição instituidoras de consenso” que contrapõem estes discursos ao posicionamento de resistência dos historiadores e professores da educação básica e superior vinculados à Associação Nacional de História (ANPUH). Consideram que o ensino da História constitui-se em conteúdo fundamental à formação do pensamento crítico e que ao posicioná-la como secundária, já que não se constitui em disciplina obrigatória no processo formativo, compromete a formação integral necessária ao exercício pleno da cidadania.

Angela Maria Martins e Cristina de Cássia Mabelini Silva, no artigo intitulado *Formação continuada: percepções de diretores da educação básica sobre um plano de governo*, analisam como os atores escolares interferem nas metas e nos objetivos de políticas propostas por governos. Partem do pressuposto de que existe distanciamento entre o que é proposto e a forma como se efetivam as práticas no cotidiano das escolas. Analisam como os diretores apropriam-se do contido nos documentos e como se efetiva a operacionalização deles, pois consideram que existe um conjunto de fatores que influencia no processo de implementação de planos, programas e projetos. A partir dos resultados da pesquisa realizada com os diretores, constata-se “[...] intervenientes nos processos de implementação de políticas públicas de educação, que podem se transformar num ritual de cumprimento burocrático para os diretores”. Tal constatação tem relação com as reais condições existentes para a



reorganização das práticas pedagógicas e requer dos diretores uma ação contínua no sentido de atender às diretrizes legais.

Flavia Obino Corrêa Werle, no artigo *Gestão educacional na escola pública e desigualdades sociais*, apresenta uma problemática de extrema gravidade nas escolas de educação básica, que são as desigualdades sociais de estudantes e que têm estreita relação com o acesso, a permanência e a conclusão na educação básica. Argumenta que as manifestações das desigualdades sociais precisam ser percebidas na escola e enfrentadas, “[...] problematizando todas as práticas naturalizadas em suas rotinas”. Apresenta a situação de uma escola pública da grande Porto Alegre, mediante depoimentos da direção e de sua equipe sobre as alternativas que vêm sendo construídas coletivamente no sentido de obter maior justiça escolar. Destaca o trabalho realizado em prol de um objetivo comum e demonstra que a autonomia da escola exige que todos sejam sujeitos, autores e atores ao participar na constituição de um projeto que busca enfrentar os problemas que surgem no cotidiano da escola e que repercutem na aprendizagem dos estudantes.

O artigo de Antonio Souza Júnior, Egon Lotário Jagnow e Sirley Terezinha Filipack, intitulado *Zoneamento escolar – o uso racional de espaço e recursos da Rede Municipal de Ensino de Jaraguá do Sul – SC*, trata do direito que toda criança tem de ter acesso à educação de qualidade. Com base na legislação federal, estadual e municipal, os autores apresentam uma intervenção realizada em uma rede de ensino municipal que buscou favorecer, a todas as crianças, esse direito. Para tanto, a partir de um “[...] zoneamento escolar claro”, considerando densidade populacional, idade escolar e capacidade de oferta de vagas das unidades escolares, estabeleceram normas para a matrícula, considerando a proximidade da residência das crianças. Indicam que tal reorganização na rede municipal de ensino favoreceu inclusive a reabertura de turmas do ensino fundamental, embora tenham encontrado no início do processo dificuldades relacionadas à mudança de escola por parte das famílias.

No artigo *Direitos humanos na escola: representações de estudantes da educação básica no Brasil*, de autoria de José Luís de Oliveira, Romilda Teodora Ens, Mariele Stiegler Ribas e Eduardo Felipe Hannerich Pacheco, são discutidos os avanços dos direitos humanos no país em termos da política educacional, referindo-se aos Programas, ao Plano Nacional e às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Consideram, no entanto, que tais avanços na esfera normativa não têm se efetivado no cotidiano das instituições de ensino. A pesquisa evidenciou,



mediante as representações sociais dos estudantes do ensino médio noturno, ancoragem na reivindicação de respeito aos direitos humanos e sua efetivação na educação escolar que, ao não ser efetivada, reproduz e aprofunda as desigualdades sociais presentes na sociedade. Argumentam, a partir do estudo realizado, que se faz necessária a formação de uma cultura de justiça social global de direitos humanos, do direito ao respeito, à liberdade de expressão e à igualdade para a efetivação de uma educação em direitos humanos no espaço escolar.

Política Educacional Brasileira e as Diretrizes do Banco Mundial são postas em debate por Josélia Schwanka Salomé e Neuzita de Paula Soares ao analisar o papel do Banco Mundial na consolidação de políticas educacionais para a educação básica no Brasil com a finalidade de atender ao projeto educativo do capital. As autoras evidenciam como as recomendações do Banco Mundial influenciaram a estruturação de um currículo com objetivos de aprendizagem e o uso de indicadores de resultados. Retomam aspectos históricos do papel dos agentes internacionais na implantação do neoliberalismo no país. Evidenciam como os “[...] ditames advindos do neoliberalismo [são] materializados em grande parte por orientações dos agentes financiadores” e demonstram como tais orientações têm levado a educação a tornar-se cada vez mais concebida como mercadoria por conta de estratégias diversas, tais como “parcerias, projetos, campanhas e movimentos”, que vêm sendo cada vez mais aceitas na academia.

No texto *Análise das influências de documentos internacionais na legislação e políticas de educação especial no Brasil (1990-2015)*, de Marilza Pavese e Jefferson Mainardes, busca-se analisar as influências de documentos de agências internacionais nas políticas educacionais para a Educação Especial no que se refere à educação inclusiva. Para analisar a trajetória da política para a educação especial, utilizam-se da abordagem do ciclo de políticas, formulada por Ball e Bowe, e da teoria social de Pierre Bourdieu. Defendem que embora não ocorra uma “[...] transposição total da agenda educacional global, as decisões políticas dos Estados Nação vêm sendo tomadas majoritariamente dentro da lógica do mercado global”, com grande poder do campo econômico sobre o Estado, cuja autonomia é limitada nesse contexto. É a partir de programas internacionais, como, por exemplo, o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), entre outros, que foi se constituindo o emergente campo global da política educacional.



É também no artigo *As políticas inclusivas e os serviços de atendimento educacional especializado no Brasil* que Gisele Sotta Ziliotto, Maria Lourdes Gisi e Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira analisam a garantia de direitos e da qualidade de condições à escolarização de pessoas com deficiência. Demonstram que a política de inclusão retrata as articulações definidas pelos organismos internacionais pautados nos modelos neoliberais de economia capitalista e indicam como a lógica neoliberal limita a expansão de serviços especializados essenciais ao processo de escolarização das pessoas com deficiência. Trata-se de uma política educacional inclusiva que possui no seu bojo o mesmo princípio da economia, isto é, uma inclusão feita de forma acelerada, que não atende às peculiaridades do aluno com deficiência e que se contrapõe a uma educação que respeita e “[...] acolhe as diferenças no âmbito escolar”. As autoras propõem que o Serviço de Atendimento Educacional Especializado seja ampliado no que se refere, em especial, aos atendimentos interdisciplinares para atender às demandas dos alunos.

Daniela Barros da Silva Freire Andrade e Ruzia Chaouchar dos Santos, com o artigo *Príncipes que viram sapo na escola: o que dizem as crianças sobre o(a) anunciado(a) com queixa escolar*, propõem uma discussão sobre as “[...] significações partilhadas por crianças sobre a queixa escolar e suas implicações no processo de representação de si”. O estudo tem como base teórica a teoria das representações sociais (Moscovici) e a teoria histórico social (Vygotsky). Como pressupostos metodológicos, os estudos do tipo etnográfico em educação, mediante observação participante e entrevistas semiestruturadas com crianças de uma escola municipal, situada na cidade de Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. As autoras demonstram o impacto dos discursos e práticas educativas no processo de constituição indetentária de si e consideram que a responsabilização da criança pelas dificuldades de aprendizagem reveste-se de análise superficial ao não levar em consideração a produção do fracasso escolar.

A avaliação hoje: o que considerar durante a formação do professor de educação básica é o tema do artigo de Ivo José Both, Luana Priscila Wunsch e Siderly do Carmo Dahle de Almeida. Os autores analisam os principais suportes pedagógicos da avaliação a serem considerados em cursos de Pedagogia, tendo como foco a formação do professor para a educação básica, isto é, o que o professor precisa saber sobre como avaliar a aprendizagem dos futuros alunos da educação básica. Os resultados da pesquisa indicam que a aprendizagem pode ser um processo democrático, que representa inclusão e cidadania. Para tanto, defendem que haja



reflexão sobre a ação pedagógica da avaliação, considerando-a como um processo contínuo e tendo o professor como mediador do processo pedagógico, no qual a nota representa apenas uma referência. Defendem uma avaliação que por si só constitui-se em componente pedagógico em seu objetivo de prestar orientação à aprendizagem.

A intenção desse dossiê sobre Políticas Públicas da Educação Básica é o de provocar o debate sobre temas que se relacionam diretamente às políticas em termos das influências internacionais e nacionais, assim como à legislação vigente e às dificuldades da sua operacionalização. Em outra perspectiva, procura-se apresentar questões relacionadas à gestão das escolas de educação básica, a fim de evidenciar os desafios ainda presentes nesse contexto.

Maria Lourdes Gisi
Sirley Terezinha Filipak
Antonio Souza Júnior